

OFL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ: 01.149.952/0001-34

Relatório da Administração

Senhores acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o presente relatório relacionado às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2024.

Balancos Patrimoniais Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	758.902	51.753	1.279.396	3.875.103
Aplicações financeiras	6	3.250.941	4.528.047	8.768.917	7.640.223
Instrumentos financeiros derivativos	32	-	-	58.470	-
Contas a receber de clientes	7	340	352	841.128	709.198
Contas a receber de clientes do PagSeguro	7	-	-	57.628.538	41.757.204
Contas a receber de partes relacionadas	8	80	-	6.732	8.268
Mútuo com partes relacionadas	8	24.439	-	-	-
Estoques	-	-	-	1.642	33.537
Impostos a recuperar	-	16.281	34.776	810.902	795.867
Adiantamentos a fornecedores	-	123	-	25.165	14.759
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	226.848	164.479
Dividendos a receber	-	-	14.360	-	-
Outras contas a receber	-	-	-	39.189	36.916
Total do ativo circulante	-	4.051.106	4.629.288	69.686.927	55.035.554
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	-	1.905	1.710
Mútuo com partes relacionadas	8	287.915	229.367	-	-
Contas a receber de clientes do PagSeguro	7	-	-	2.174.735	1.143.779
Depósitos judiciais	-	579	534	58.321	122.452
Impostos a recuperar	-	-	-	318.197	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	53.542	128.942	147.560
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	93.771	32.684
Outras contas a receber	-	-	-	576	10.862
Total do ativo realizável a longo prazo	-	288.494	283.443	2.776.447	1.459.047
Investimentos	10	8.694.704	8.020.186	5.088	19.642
Propriedades para investimento	12	42.648	45.092	198.924	110.093
Direito de uso	13	-	-	240.930	262.405
Imobilizado	14	-	-	2.582.795	2.450.343
Intangível	15	-	-	5.475.565	5.040.915
Total do ativo não circulante	-	9.025.846	8.348.721	11.279.749	9.342.445
TOTAL DO ATIVO		13.076.952	12.978.009	80.966.676	64.377.999

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	Atribuível ao controlador					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva de lucros acumulados	Lucros	Ajuste de avaliação patrimonial
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.272.857	254.571	7.488.043	3.509.029	-	(3.083)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	706.415	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(7.064)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(255.460)	-	(255.460)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	699.351	(699.351)	-
Movimentação em participações de acionistas	-	-	802	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	802
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.272.857	254.571	7.488.845	3.952.920	-	(9.389)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.101.819	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(7.064)	(1.252.231)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(824.879)	-	(824.879)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	849.588	(849.588)	-
Movimentação em participações de acionistas	-	-	(143.238)	-	-	(143.238)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	505	-	-	3.011
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.272.857	254.571	7.346.112	3.970.565	-	(6.378)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
1. Contexto operacional: A OFL Participações S.A. ("Companhia") em conjunto com suas controladas (o "Grupo") tem por objetivo social participar de outras empresas, representar no Brasil empresas brasileiras ou estrangeiras, promover a divulgação e prestação de serviços às suas representadas e outras empresas e prestar quaisquer serviços em atividades correlatas. A controlada Universo Online S.A. ("UOL"), sociedade anônima de capital fechado fundada em abril de 1996, com sede na cidade de São Paulo, tem por objeto social a prestação de serviços ligados ou pertinentes à informática, internet, extranet, intranet, hospedagem de websites, banners, exploração comercial de websites, desenvolvimentos e licenciamento de sistemas e rotinas; a administração de bancos de dados, próprios e/ou de terceiros; a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias no tratamento da informação digitalizada; a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de programas de informações digitalizadas para formação de banco de dados; a aquisição, o desenvolvimento, a produção, a customização, a representação e a venda de software, CD e outros artigos congêneres por meio eletrônico; a comercialização e a veiculação de publicidades, a intermediação no comércio de produtos e comercialização de assinaturas por meio eletrônico; produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão, incluindo, mas não se limitando a produção de filmes para publicidade, serviços de programação visual, fotografias, gravação de sons; a participação em outras sociedades, empresárias ou não, cujo objeto social seja relacionado a atividades de internet e atividades fins, ou seja, relacionado, necessário ou conveniente à consecução do objeto social de suas controladas, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior; propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios; comércio varejista de livros e edição de livros; representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado; a atividade de programador de televisão por assinatura; e outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas, bem como a assessoria e consultoria de qualquer natureza. A descrição do objeto social de cada controlada está divulgada na nota 4, em contexto operacional das controladas, e a nota 11 - Combinação de negócios mostra as novas aquisições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Reforma tributária: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: As mudanças climáticas têm se tornado um tema central nas discussões globais, com impactos potenciais sobre diversos setores da economia. Eventos climáticos extremos, alterações regulatórias ambientais, transição para uma economia de baixo carbono e mudanças nas preferências dos consumidores são fatores que podem afetar diretamente a continuidade operacional, os ativos, os passivos e a divulgação de informações financeiras pelas entidades. Nesse contexto, órgãos reguladores e normativos, como o International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), têm incentivado as entidades a avaliarem os riscos e oportunidades relacionados ao clima e sua possível influência nas demonstrações contábeis. A Administração da Companhia realizou uma análise dos possíveis efeitos das mudanças climáticas sobre suas operações, ativos, passivos e projeções futuras. Essa avaliação considerou: <ul style="list-style-type: none"> • A exposição a riscos físicos (eventos climáticos extremos, escassez de recursos naturais); • Riscos de transição (mudanças regulatórias, políticas ambientais, precificação de carbono); • Possíveis reavaliações de ativos (impairment), provisões e passivos contingentes; • Impactos sobre a continuidade operacional e premissas utilizadas em testes de recuperabilidade. Até a presente data, não foram identificados impactos materiais decorrentes das mudanças climáticas que exijam ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração continuará monitorando os desdobramentos regulatórios e ambientais. 	Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. 2.3. Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua "moeda funcional". As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com as transações em moeda estrangeira são apresentados na demonstração do resultado como variações cambiais líquidas. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensurados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações nos investimentos em ações, classificadas como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente: Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias. (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e os equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim. O Grupo classifica como equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser imediatamente convertida em caixa e está sujeita a um risco material de mudança em seu valor. O Grupo classifica aplicações financeiras com vencimentos originais de três meses ou menos como equivalentes de caixa. 2.5. Instrumentos financeiros: 2.5.1. Classificação: O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: <ul style="list-style-type: none"> • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos e passivos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais investimentos é alterado. 2.5.2. Reconhecimento e desreconhecimento: Compras e vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos e/ou obrigações de receber e/ou pagar fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. 2.5.3. Mensuração: No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um instrumento financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um instrumento financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do instrumento financeiro. Os custos de transação de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Instrumentos de dívida: A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: <ul style="list-style-type: none"> • Custo amortizado: os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas, por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/perdas) e as despesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado: os ativos que não atendem aos critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja substancialmente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/perdas), no período em que ocorrerem. Os passivos financeiros incluem instrumentos financeiros detidos para negociação e designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial. Os passivos financeiros e os correspondentes derivativos específicos contratados com o objetivo de proteção contra o risco de exposição ao valor justo também são designados como hedge de valor justo. Os passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se adquiridos para venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não cumprem os critérios de hedge accounting definidos pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Os ganhos e perdas de passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Instrumentos patrimoniais: O Grupo subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a Administração do Grupo escolher apresentar os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de o Grupo receber pagamentos é estabelecido. As variações no valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por impairment (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação se- 					

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Nota	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	26	3.703	3.870	12.648.938	12.014.269
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(800)	(800)	(11.775.067)	(10.019.281)
Lucro bruto	-	2.903	3.070	873.871	1.994.988
Receitas (despesas) operacionais	-	-	-	(2.311.015)	(1.804.183)
Com vendas	27	-	-	(2.311.015)	(1.804.183)
Gerais e administrativas	27	(17.601)	(30.244)	(1.288.958)	(1.092.014)
Resultado de equivalência patrimonial	10	1.134.813	820.041	2.292	-
Outras despesas líquidas	28	(15.401)	(17)	(301.093)	(300.923)
Resultados antes das receitas e despesas financeiras	-	1.104.714	792.850	(3.024.903)	(1.202.132)
Resultado financeiro	-	-	-	-	-
Receita com pré-pagamento	29	-	-	9.150.427	6.653.046
Receitas financeiras	29	283.397	233.248	778.404	533.311
Despesas financeiras	29	(88.748)	(24.261)	(3.982.951)	(3.297.908)
Variação cambial, líquida	29	1.076.400	(257.025)	1.078.822	(424.737)
	-	1.271.049	(48.038)	7.024.702	3.463.712
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	2.375.763	744.812	3.999.799	2.261.580
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(12.596)	-	(319.148)	(162.624)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(261.348)	(38.397)	(275.611)	(279.703)
Lucro líquido do exercício	-	2.101.819	706.415	3.405.040	1.819.253
Atribuível a:					
Participação do controlador	-	2.101.819	706.415	2.101.819	706.415
Participação dos não controladores	-	-	-	1.303.221	1.112.838
Lucro por ação (em reais - R\$) - básico e diluído	-	0,08	0,03	0,08	0,03

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado em períodos subsequentes	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-
Atribuível a:					
Participação do controlador	-	-	-	-	-
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.375.763	744.812	3.999.799	2.261.580	
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:					
Depreciação e amortização	12, 13, 14, 15 e 27	2.443	7.700	1.953.158	1.746.521
Equivalência patrimonial	10	(1.134.813)	(820.041)	(2.292)	-
Acréscimo de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7 e 27	-	-	498.467	611.430
Provisão para (reversão de) contingências	23	-	-	56.499	(75.099)
Instrumentos financeiros derivativos	32	-	-	52.802	1.025
Programa baseado no plano de incentivo de longo prazo	25	-	-	178.692	144.617
Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial líquida	29	(1.313.561)	30.037	908.446	726.880
Perda na alienação de ativos imobilizados, intangíveis e de investimento	-	15.342	-	222.848	295.989
Outras receitas líquidas	-	-	-	(894)	(1.750)
Varição de ativos e passivos operacionais	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	7	11	-	(179.152)	(83.314)
Contas a receber de clientes do PagSeguro	7	-	-	(21.418.997)	(10.531.495)
Aplicações financeiras garantidas	6	-	-	(1.947.170)	(1.274.173)
Estoques	-	-	-	5.225	(20.257)
Imposto a recuperar	20.467	188.201	(61.144)	177.849	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	(41.035)	(120.378)
Adiantamento a fornecedores	-	-	429	(10.406)	(9.758)
Depósitos judiciais	-	-	6.232	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	(123.953)	(20.570)
Outras contas a receber	-	-	418	56.499	38.912
Outras contas a pagar	24	-	-	200.254	(253.361)
Fornecedores	16	(129)	(455)	324.368	(5.282)
Obrigações com terceiros	17	-	-	1.831.972	3.431.527
Depósitos do PagSeguro	18	-	-	9.017.299	4.945.183
Obrigações com cotistas PagSeguro	19	-	-	1.000.000	-
Salários e encargos sociais	21	-	-	88.389	64.738
Impostos e contribuições	22	79.460	(2.630)	(182.651)	88.080
Adiantamento de clientes	-	-	-	(41.627)	(7.790)
Provisão para contingências	23	-	-	37.446	111.415
CAIXA GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	44.983	154.703	(3.625.340)	2.242.519
Juros líquidos recebidos	-	(13.221)	(3.860)	(241.869)	(177.265)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS					
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Valor pago nas aquisições de investimentos	10	-	-	(277.411)	(31.313)
Aumento em investimentos	10	(95.044)	-	-</	

OFL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ: 01.149.952/0001-34		Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																																																																																	
<p>balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. 2.5.7. Classificação entre circulante e não circulante: O Grupo apresenta ativos e passivos financeiros no balanço patrimonial com base nas classificações circulante e não circulante. Um ativo é circulante quando: (i) espera-se que seja realizado ou pretenda ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal; (ii) mantidos principalmente para fins de negociação; (iii) espera-se que seja realizado até doze meses após a data-base do relatório ou; (iv) caixa ou equivalente de caixa, a menos que esteja impedido de ser trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após a data-base do relatório. Todos os outros ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é circulante quando: (i) espera-se que seja liquidado no ciclo operacional normal; (ii) é mantido principalmente para fins de negociação; (iii) deve ser liquidado até doze meses após a data-base do relatório ou; (iv) não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data-base do relatório. Todos os outros passivos são classificados como não circulantes. 2.6. Contas a receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de emissores de cartões de crédito/débito e adquirentes são originadas de transações através da plataforma do Grupo e das vendas de leitores de cartões de crédito/débito. Com base na avaliação de risco, a perda de crédito esperada não é material, uma vez que as contas a receber são compostas principalmente por transações aprovadas por grandes instituições financeiras que possuem um baixo nível de risco geral com base nos ratings recebidos das principais agências de classificação de crédito. Além disso, essas instituições financeiras são os devedores legais das contas a receber. As contas a receber são inicialmente registradas pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados. As contas a receber de transações parceladas são registradas pelo valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, com base nos termos contratuais da transação. O Grupo incorre em despesas financeiras quando solicita receber o pagamento antecipado do contas a receber de instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida quando a instituição financeira concorda em liquidar um contas a receber devido em parcelas pré-pagas e é registrada na demonstração do resultado. 2.7. Estoques: Os estoques consistem em dispositivos POS (Point of sale). Os estoques são declarados a custo histórico. A Companhia utilizou o método de custo médio para contabilizar o custo dos estoques e a provisão correspondente para perdas é reconhecida quando o valor de venda é maior do que o seu custo de compra. 2.8. Propriedades para investimentos: As propriedades para investimentos são mantidas para rendimentos de aluguel de longo prazo. Elas são reconhecidas pelo valor de custo, menos depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. 2.9. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, também, pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue (em anos):</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Vida útil</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Equipamentos de processamentos de dados</td> <td>2,5 a 5 anos</td> </tr> <tr> <td>Instalações</td> <td>5 a 10 anos</td> </tr> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10 anos</td> </tr> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td>10 anos</td> </tr> <tr> <td>Benefiteiras em imóveis de terceiros</td> <td>5 a 10 anos</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>5 a 10 anos</td> </tr> </tbody> </table> <p>O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (nota 2.11). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos no resultado do exercício. 2.10. Ativos intangíveis: a) Ágio: O ágio (goodwill) resulta da aquisição de controladas e representa o excesso entre: (a) a soma: (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida; e (b) o valor líquido, na data de aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos, e dos passivos assumidos. Caso o adquirente realize uma compra vantajosa, que ocorre quando o item (a) acima é menor que o item (b) acima, a diferença entre esses montantes, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio reconhecido possui vida útil indefinida. b) Marcas registradas e licenças: As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As licenças e marcas são amortizadas pelo método linear durante a vida útil. As marcas reconhecidas podem possuir vida útil indefinida não tendo amortização. c) Relações contratuais com clientes: As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. d) Softwares: As licenças de softwares são reconhecidas pelo custo histórico e amortizadas durante a vida útil estimada dos softwares, de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis a desenvolvimento interno são capitalizados como parte do produto de software, e incluem substancialmente os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e contratos de serviços de terceiros. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos capitalizados de desenvolvimento de software são amortizados durante sua vida útil estimada, os quais são revisados ao final de cada período do relatório e ajustados prospectivamente, se apropriado. 2.11. Impairment de ativos não financeiros: Ativos não financeiros são revisados pelo menos anualmente para verificar se há algum evento ou mudança nas condições econômicas e tecnológicas em suas operações que possam indicar que um ativo está deteriorado. Quando aplicável, tais evidências são identificadas através do teste anual de redução ao valor recuperável. Para avaliar um ativo não financeiro, é necessário estimar seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, é constituída provisão para deterioração. Ao estimar o valor em uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital da unidade geradora de caixa. O preço líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em um contrato de venda firmado entre as partes, ajustado pelas despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firmado, com base no preço em um mercado ativo ou no preço de transação mais recente para ativos semelhantes. O Grupo avalia anualmente se há alguma indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida não exista mais ou tenha diminuído. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida somente se houver uma alteração nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável fosse reconhecida para o ativo em anos anteriores. 2.12. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. O Grupo não pratica acordos de financiamento de fornecedores de acordo com o CPC 03 (R2) / IFRS 07, Risco Sacado, "Forfait" ou "Confirming". 2.13. Obrigações com terceiros: As obrigações com terceiros referem-se a valores a pagar e valores devidos a estabelecimentos que utilizam a plataforma PagSeguro Internet S.A. ("PagSeguro Brasil"). O Grupo reconhece um passivo pelo valor da transação, líquido do custo da transação que será disponibilizado ao merchant em sua conta PagSeguro. As contas a pagar de terceiros com transações parceladas são estimadas com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, usando prazos e taxas médios apropriados, que estão de acordo com os termos dessas transações. 2.14. Depósitos PagSeguro: O Grupo PagSeguro possui operações de sell-buy back (venda de ativos financeiros com futuro compromisso de recompra). Tais operações compromissadas são registradas em contas de depósitos a prazo quando se referem a operações de depósitos com certificados e contas de depósitos interfinanceiros para emissão de letras financeiras. A diferença entre o preço de venda e o preço de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante a vigência do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. 2.15. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos por um valor justo menos custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos a um custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, exceto o derivativo incorporado, que é medido a um valor justo através de lucro ou perda. Os ganhos e perdas são reconhecidos nas demonstrações de resultados consolidadas quando o passivo é desreconhecido, bem como através do processo de amortização do método de juros efetivo. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante do método de juros efetivos. A amortização efetiva do método de juros está incluída nas despesas de juros nas demonstrações de resultados consolidados. 2.16. Provisões: As provisões são reconhecidas quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. São estabelecidas provisões para todas as contingências referentes a ações judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a contingência e/ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação da evidência disponível, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as recentes decisões judiciais e sua importância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir as mudanças nas circunstâncias. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As estimativas e critérios utilizados para as provisões relevantes para o Grupo estão detalhados na nota 3, e os saldos das provisões são apresentados dentro de sua respectiva nota. 2.17. Reconhecimento da receita: A receita decorrente de contratos com clientes é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços são transferidos para os clientes a um valor que reflita a contraprestação</p>				Descrição	Vida útil	Equipamentos de processamentos de dados	2,5 a 5 anos	Instalações	5 a 10 anos	Máquinas e equipamentos	10 anos	Móveis e utensílios	10 anos	Benefiteiras em imóveis de terceiros	5 a 10 anos	Outros	5 a 10 anos																																																																		
Descrição	Vida útil																																																																																		
Equipamentos de processamentos de dados	2,5 a 5 anos																																																																																		
Instalações	5 a 10 anos																																																																																		
Máquinas e equipamentos	10 anos																																																																																		
Móveis e utensílios	10 anos																																																																																		
Benefiteiras em imóveis de terceiros	5 a 10 anos																																																																																		
Outros	5 a 10 anos																																																																																		
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto. IPCPC 09 (R3) - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial.	Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações no CPC 18 (R3) contemplando a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEF) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. A IPCPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.	Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025																																																																																	
CPC 48 - Instrumentos financeiros. CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: • Transferências eletrônicas; • Teste de SPPI; • Instrumentos com termos que podem alterar fluxos de caixa; • Divulgações de instrumentos patrimoniais designados como FVOCI.	Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2026																																																																																	
CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras	Em abril de 2024, o IASB emitiu uma alteração no CPC 26, que introduz novos requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, incluindo totais e subtotais específicos; e classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas.	Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027																																																																																	
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu uma alteração que permite que entidades elegíveis, definida no CPC 36, optem por aplicar seus requisitos de divulgações reduzidas para subsidiárias sem responsabilidade pública. Opcional e disponível para adoção antecipada (pendente emissão de correspondente CPC)	Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027																																																																																	
<p>Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas e premissas estão contempladas abaixo: 3.1. Perda (impairment) do ágio: Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.11. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas apresentadas na nota 15. 3.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O Grupo reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos baseados em estimativas de geração de lucro tributável projetadas para os próximos 10 anos. Essas projeções são revisadas periodicamente e aprovadas pela Administração. 3.3. Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre os lucros: As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer situações em que as interpretações das autoridades fiscais diverjam do entendimento do Grupo. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pelo Grupo, principalmente relacionados a diferentes interpretações sobre aplicabilidade e montantes de deduções e adições a base de cálculo de IRPJ e CSLL. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, o Grupo avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado. O Grupo estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza. Os riscos tributários identificados são prontamente avaliados, tratados e deliberados por meio de metodologia de gestão de riscos tributários, previamente implementada. Se for provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras são consistentes com a escrituração fiscal e, portanto, nenhuma incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro corrente ou diferidos. Caso não seja provável, a incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras. 3.4. Permutas: O Grupo utiliza como premissa para a mensuração do valor justo de permutas a tabela média de preços praticados pelas transações de permuta e compara com a tabela de preço negociada para as transações que envolvem caixa. 3.5. Vida útil estimada dos intangíveis: O Grupo utiliza uma vida útil estimada para calcular e registrar a amortização aplicada em seus ativos intangíveis. A amortização dos direitos de uso de software é definida com base no período de vigência da licença contratada. A amortização dos softwares desenvolvidos internamente é definida com base no período em que gerarão benefícios econômicos futuros. 3.6. Provisão de contingências: O Grupo reconhece provisões para processos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliar a evidência e a jurisprudência disponíveis, a hierarquia das leis e as decisões judiciais mais recentes. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração as mudanças nas circunstâncias, como o prazo de prescrição aplicável, as conclusões das inspeções fiscais e exposições adicionais identificadas com base em novas questões ou decisões dos tribunais. 3.7. Estimativas de perdas em créditos de liquidação duvidosos: O Grupo reavalia periodicamente as premissas para ajustar a experiência histórica de perda de crédito com informações prospectivas a cada ano. Portanto, se algum fator externo, como uma queda representativa nos indicadores econômicos previstos e o cenário econômico instável indicar um aumento no número de inadimplência, as taxas históricas de inadimplência são ajustadas. A cada data de relatório, as taxas históricas de inadimplência observadas são atualizadas e as alterações nas estimativas futuras são analisadas e ajustadas. Para contas a receber de emissores de cartões, o Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada. As taxas de provisão são baseadas no rating de crédito interno que considera informações externas, como classificações dadas pelas principais agências de rating e fatores prospectivos específicos para os devedores e o ambiente econômico. Para empréstimos e cartões de crédito a receber com nossos clientes, as taxas de provisão são baseadas em dias passados de vencimento e classificação de crédito interno (ou seja, a capacidade e pagamentos históricos vinculados ao Cliente). A provisão baseia-se inicialmente nas taxas históricas de inadimplência observadas pelo Grupo. O Grupo reavalia periodicamente as premissas para ajustar a experiência histórica de perda de crédito com informações prospectivas a cada ano. Portanto, se algum fator externo, como uma queda representativa nos indicadores econômicos previstos e o cenário econômico instável indicar um aumento no número de inadimplência, as taxas históricas de inadimplência são ajustadas. A cada data de relatório, as taxas históricas de inadimplência observadas são atualizadas e as alterações nas estimativas futuras são analisadas e ajustadas.</p>																																																																																			
<p>4. Critérios de consolidação</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Controladas</th> <th rowspan="2">Sede</th> <th rowspan="2">Quantidade de ações ou quotas integralizadas em</th> <th rowspan="2">Tipo de controlada</th> <th colspan="2">Participação no capital social - %</th> </tr> <tr> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(a) Universo Online S.A. (UOL)</td> <td>BRA</td> <td>31/12/2024 7.039.184</td> <td>Direta</td> <td>96,91%</td> <td>96,91%</td> </tr> <tr> <td>(b) OFL Empreendimentos Imobiliários Ltda. (OFL Emp.)</td> <td>BRA</td> <td>99.457.505</td> <td>Direta</td> <td>100,00%</td> <td>99,99%</td> </tr> <tr> <td>(c) PagSeguro Digital Ltd. ("PagSeguro") * KY</td> <td>KY</td> <td>329.608.424</td> <td>Indireta</td> <td>39,91%</td> <td>38,39%</td> </tr> <tr> <td>(d) Digital Services.UOL S.A. ("Digital")</td> <td>BRA</td> <td>439.090.419</td> <td>Indireta</td> <td>65,72%</td> <td>77,72%</td> </tr> <tr> <td>(e) EDGE.UOL Tecnologia Ltda. ("EDGE")</td> <td>BRA</td> <td>41.518.468</td> <td>Indireta</td> <td>87,53%</td> <td>87,59%</td> </tr> <tr> <td>(f) AI/R Group Ltd.</td> <td>KY</td> <td>100</td> <td>Indireta</td> <td>99,00%</td> <td>0,00%</td> </tr> <tr> <td>(g) UOL Edtech Cayman Ltd. ("Edtech Cayman")</td> <td>KY</td> <td>80.924.649</td> <td>Indireta</td> <td>84,19%</td> <td>84,19%</td> </tr> <tr> <td>(h) Ingresso.com Ltda. ("Ingresso")</td> <td>BRA</td> <td>81.553.079</td> <td>Indireta</td> <td>100,00%</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>(i) UBN Internet Ltda. ("UBN")</td> <td>BRA</td> <td>76.025.368</td> <td>Indireta</td> <td>100,00%</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>(j) UOL Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("UOL Emp.")</td> <td>BRA</td> <td>66.928.108</td> <td>Indireta</td> <td>100,00%</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>(k) UOL Argentina Holdings S.A. ("UOL-A")</td> <td>ARG</td> <td>12.818</td> <td>Indireta</td> <td>94,00%</td> <td>94,00%</td> </tr> <tr> <td>(l) Neohh Participações S.A. ("Neohh")</td> <td>BRA</td> <td>2.877.103</td> <td>Indireta</td> <td>22,08%</td> <td>0,00%</td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) Apesar de manter uma participação no capital social de 39,91%, a Companhia continua sendo a controladora indireta da PagSeguro, pois possui 86,85% do capital votante, em 31 de dezembro de 2024. O restante das ações está no mercado. A posição de 39,91% desconsidera as ações mantidas em tesouraria. Esta participação é utilizada para fins de equivalência patrimonial e eventual distribuição de dividendos. Considerando-se as ações em tesouraria, a participação é de 36,79%. Todas as empresas controladas direta ou indiretamente são consolidadas de forma integral, proporcional ao capital participante no investimento. As empresas não consolidadas estão apresentadas na nota 10. Os resultados das empresas adquiridas ao longo de 2024 e 2023 foram consolidados nas demonstrações financeiras a partir da aquisição do controle, conforme mencionado na nota 11. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as contas a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas consolidadas e os investimentos. Contexto operacional das controladas: Diretas: a) Universo Online S.A. ("UOL"): sociedade anônima de capital fechado fundada em abril de 1996, tem por objeto social a prestação de serviços ligados ou pertencentes à informática, internet, extranet, intranet, hospedagem de websites, banners, exploração comercial de websites, desenvolvimentos e licenciamento de sistemas e rotinas; e administração de bancos de dados, próprios e/ou de terceiros; a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias no tratamento da informação digitalizada; a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de programas de informações digitalizadas para formação de banco de dados; a aquisição, o desenvolvimento, a produção, a customização, a representação e a venda de software, CD e outros artigos congêneres por meio eletrônico, a comercialização e a veiculação de publicidades, a intermediação no comércio de produtos e comercialização de assinaturas por meio eletrônico; produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão, incluindo, mas não se limitando a produção de filmes para publicidade, serviços de programação visual, fonografias, gravação de sons; a participação em outras sociedades, empresárias ou não, cujo objeto social seja relacionado a atividades de internet e atividades fitness, ou seja, relacionado, necessário ou conveniente à consecução do objeto social de suas controladas, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior; propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios; comércio varejista de livros e edição de livros; representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado; a atividade de programador de televisão por assinatura e outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas, bem como a assessoria e consultoria de qualquer natureza. A UOL detém os investimentos das controladas indiretas da Companhia. b) OFL Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("OFL Emp."): a empresa tem por objeto social a gestão e administração de propriedades imobiliárias; a compra e venda de bens imóveis, prontos ou a construir, terrenos e frações ideais; a locação e a venda de imóveis próprios; e administração de bens próprios; e a participação, como acionista ou quotista, em outras sociedades cujo objeto conste qualquer das atividades descritas nos itens anteriores. Indiretas: c) PagSeguro Digital Ltd. ("PagSeguro"): a PagSeguro Digital é uma empresa holding, controlada pela Companhia, foi constituída em julho de 2017, é detentora de 99,99% das ações da PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A., e das quotas de PagSeguro Participações Ltda., bem como de 100% do capital social da BS Holding Financeira Ltda. e da PagSeguro Holding Ltd. A PagSeguro possui investimentos nas seguintes controladas: • PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("PagSeguro Brasil"): é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em dezembro de 2006, com sede na cidade de São Paulo, Brasil, dedicada ao fornecimento de soluções e serviços de tecnologia financeira e atividades correlatas, focada principalmente em micro comerciantes e pequenas e médias empresas. As subsidiárias da PagSeguro Brasil são: • Wirecard Brasil Instituição de Pagamento S.A. ("MOIP"): é uma sociedade anônima de capital fechado, adquirida em outubro de 2020.</p>				Controladas	Sede	Quantidade de ações ou quotas integralizadas em	Tipo de controlada	Participação no capital social - %		31/12/2024	31/12/2023	(a) Universo Online S.A. (UOL)	BRA	31/12/2024 7.039.184	Direta	96,91%	96,91%	(b) OFL Empreendimentos Imobiliários Ltda. (OFL Emp.)	BRA	99.457.505	Direta	100,00%	99,99%	(c) PagSeguro Digital Ltd. ("PagSeguro") * KY	KY	329.608.424	Indireta	39,91%	38,39%	(d) Digital Services.UOL S.A. ("Digital")	BRA	439.090.419	Indireta	65,72%	77,72%	(e) EDGE.UOL Tecnologia Ltda. ("EDGE")	BRA	41.518.468	Indireta	87,53%	87,59%	(f) AI/R Group Ltd.	KY	100	Indireta	99,00%	0,00%	(g) UOL Edtech Cayman Ltd. ("Edtech Cayman")	KY	80.924.649	Indireta	84,19%	84,19%	(h) Ingresso.com Ltda. ("Ingresso")	BRA	81.553.079	Indireta	100,00%	100,00%	(i) UBN Internet Ltda. ("UBN")	BRA	76.025.368	Indireta	100,00%	100,00%	(j) UOL Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("UOL Emp.")	BRA	66.928.108	Indireta	100,00%	100,00%	(k) UOL Argentina Holdings S.A. ("UOL-A")	ARG	12.818	Indireta	94,00%	94,00%	(l) Neohh Participações S.A. ("Neohh")	BRA	2.877.103	Indireta	22,08%	0,00%
Controladas	Sede	Quantidade de ações ou quotas integralizadas em	Tipo de controlada					Participação no capital social - %																																																																											
				31/12/2024	31/12/2023																																																																														
(a) Universo Online S.A. (UOL)	BRA	31/12/2024 7.039.184	Direta	96,91%	96,91%																																																																														
(b) OFL Empreendimentos Imobiliários Ltda. (OFL Emp.)	BRA	99.457.505	Direta	100,00%	99,99%																																																																														
(c) PagSeguro Digital Ltd. ("PagSeguro") * KY	KY	329.608.424	Indireta	39,91%	38,39%																																																																														
(d) Digital Services.UOL S.A. ("Digital")	BRA	439.090.419	Indireta	65,72%	77,72%																																																																														
(e) EDGE.UOL Tecnologia Ltda. ("EDGE")	BRA	41.518.468	Indireta	87,53%	87,59%																																																																														
(f) AI/R Group Ltd.	KY	100	Indireta	99,00%	0,00%																																																																														
(g) UOL Edtech Cayman Ltd. ("Edtech Cayman")	KY	80.924.649	Indireta	84,19%	84,19%																																																																														
(h) Ingresso.com Ltda. ("Ingresso")	BRA	81.553.079	Indireta	100,00%	100,00%																																																																														
(i) UBN Internet Ltda. ("UBN")	BRA	76.025.368	Indireta	100,00%	100,00%																																																																														
(j) UOL Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("UOL Emp.")	BRA	66.928.108	Indireta	100,00%	100,00%																																																																														
(k) UOL Argentina Holdings S.A. ("UOL-A")	ARG	12.818	Indireta	94,00%	94,00%																																																																														
(l) Neohh Participações S.A. ("Neohh")	BRA	2.877.103	Indireta	22,08%	0,00%																																																																														
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa;	Esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.																																																																																		
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e arrendamento ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e arrendamento, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e arrendamento em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.																																																																																		
CPC 32 - Tributos sobre o lucro	Implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Isenção temporária e mandatória sobre o não reconhecimento de impostos diferidos sobre o lucro (aplicável desde 2023); • Necessária avaliação do tratamento de IR Diferido em 31/12/24 (inclusive aplicação da exceção); • Não aplicável sobre impostos correntes (conforme MP nº 1.262/2024 e IN RFB nº 2.228/2024).																																																																																		
<p>As alterações e interpretações de normas vigentes a partir de 01 de janeiro de 2024 não tiveram impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo. 2.25. Alterações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo CPC, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>																																																																																			
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio de Demonstrações Contábeis.	Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a revisão que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.	Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025																																																																																	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		OFL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ: 01.149.952/0001-34			
A movimentação dos depósitos do PagSeguro para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está demonstrada abaixo:		...continuação			
		Consolidado			
		2024	2023		
Em 31 de dezembro de 2022	Consolidado	7.142	6.072		
Adições	11.995.288	6.085	4.580		
Retiradas	17.958.706	103.024	22.653		
Juros	(14.408.110)	308.764	120.109		
Em 31 de dezembro de 2023	642.556	-	6.343		
Adições	16.188.440	-	10.600		
Retiradas	42.437.883	-	1.527		
Juros	(35.607.575)	-	29.639		
Em 31 de dezembro de 2024	1.070.486	1.809	-		
	24.089.234	16.546	-		
		34.915	-		
		16.667	-		
		9.486	-		
		79.423	48.109		
O aumento no curto prazo se deve às aquisições sucessivas de algumas empresas.					
25. Patrimônio líquido: i) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 1.272.857. ii) Reserva legal: A reserva legal é constituída de acordo com o Estatuto, sendo 5% do lucro líquido anual até o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital quando somadas as reservas de capital. A reserva legal somente será utilizada para aumento do capital ou para absorção de prejuízos. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o saldo da reserva legal constituída é de R\$ 254.571. iii) Reserva de capital: Em 31 de dezembro de 2024 o saldo registrado em reserva de capital é de R\$ 7.346.112 (R\$ 7.488.845 em 31 de dezembro de 2023). No decorrer do exercício de 2024 foi registrado uma diminuição de R\$ 143.238 referente à mudança de percentual em empresas controladas do Grupo e um aumento de 505 em ajuste de avaliação patrimonial (Em 2023 tivemos aumento de R\$ 802 referente à mudança de percentual nas controladas). iv) Reserva de retenção de lucros: Em 31 de dezembro de 2024 o montante acumulado de reserva de retenção de lucros é de R\$ 3.970.565 (R\$ 3.952.920 em 31 de dezembro de 2023), considerando a retenção do lucro líquido remanescente verificado no exercício, após a destinação dos dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 849.588, conforme proposta de orçamento de capital. Durante o exercício de 2024 a Companhia decidiu remunerar seus acionistas com a retirada no montante de R\$ 824.879 a título de juros sobre capital próprio (JCP), com base nos resultados acumulados até o exercício de 2023. O JCP foi pago ainda no exercício de 2024, líquido do imposto de renda retido na fonte. v) Pagamento baseado no Plano de Incentivo de Longo Prazo (PLIP): Alguns profissionais do Grupo são elegíveis ao PLIP ("Beneficiários"), o que foi criado pelo UOL em julho de 2015. Nos termos do PLIP, após a conclusão do IPO, a parcela adquirida dos direitos de PLIP de cada beneficiário foi convertida em ações ordinárias classe A da PagSeguro Digital ao preço do IPO (US\$ 21,50), que é o valor justo avaliado na data da outorga. Com isso, os beneficiários do PLIP receberam um total de 1.823.727 novas ações ordinárias classe A após a conclusão do IPO. As parcelas não adquiridas dos direitos de PLIP de cada beneficiário serão liquidadas em cada data futura de aquisição anual em dinheiro, ações ordinárias Classe A ou a combinação dos dois. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a controlada PagSeguro reconheceu no patrimônio líquido custos relativos ao PLIP e PLIP-Metas no montante total de R\$ 178.692 (R\$ 144.617 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 50.810 (R\$ 73.881 em 31 de dezembro de 2023) estava contabilizado a título de encargos sociais do PLIP, incluindo a retenção de imposto de renda. O número máximo de ações ordinárias que podem ser entregues aos beneficiários nos termos do PLIP e do PLIP - Metas não pode exceder 3% e 1% ao ano, respectivamente, do capital social do PagSeguro Digital Ltd. Em 31 de dezembro de 2024, o total de ações outorgadas foi de 3.038.249 e o total de ações emitidas foi de 3.200.293, representando 0,92% e 0,97% do total de ações, respectivamente. vi) Dividendos: Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do estatuto social. Em 2024 foram registrados e pagos dividendos no montante de R\$ 1.259.295 (R\$ 255.460 em 2023) e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 824.879 (R\$ 0 em 2023). vii) Ajustes de avaliação patrimonial: Em 31 de dezembro de 2024, o montante residual desta rubrica é representado pelos ajustes acumulados de conversão das controladas que possuem operações no exterior, no montante negativo de R\$ 6.378 (negativo de R\$ 9.389 em 31 de dezembro de 2023). viii) Participação dos não controladores: O Grupo reconhece nesta rubrica contábil os montantes decorrentes da participação de acionistas não controladores nos patrimônios líquidos e nos ativos identificados em processos de combinação de negócios das controladas, representado pelo montante de R\$ 9.242.006 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 8.716.133 em 31 de dezembro de 2023).					
26. Receitas por natureza					
		Consolidado			
		2024	2023		
Receita de assinaturas		1.081.018	811.311		
Receita de publicidade e outras		1.572.778	1.268.720		
Receita de hospedagem e locação		1.091.759	939.553		
Receita com taxa de intermediação		10.235.380	10.207.851		
Receita de data center		151.896	227.346		
Receitas		14.132.831	13.454.781		
Deduções da receita de assinaturas		(81.317)	(107.295)		
Deduções da receita de publicidade e outras		(198.494)	(152.089)		
Deduções da receita de hospedagem e locação		(62.112)	(63.320)		
Deduções da receita com taxa de intermediação		(1.066.047)	(1.047.047)		
Deduções da receita de data center		(75.923)	(70.761)		
		(1.483.893)	(1.440.512)		
Receita líquida		12.648.938	12.014.269		
27. Despesas e custos por natureza					
		Consolidado			
		2024	2023		
Assessoria/Consultoria		(1.043)	(1.824)		
Custo da transação		-	(7.341.503)		
Custo com mercadorias vendidas		-	(115.494)		
Marketing e publicidade		(179)	(833.312)		
Despesas com pessoal		(7.714)	(6.365)		
Despesas água e energia elétrica		-	(3.817)		
Depreciação e amortização		(2.443)	(7.700)		
Despesas outros aluguéis		-	(469.173)		
Serviços de terceiros		(6.786)	(9.854)		
Despesas com créditos de liquidação duvidosa		-	(498.467)		
Despesas com manutenção e ocupação		(236)	(5.301)		
		(18.401)	(31.044)		
		(15.375.040)	(12.915.478)		
Classificados como:					
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(800)	(800)		
Despesas com vendas		-	(2.311.015)		
Despesas gerais e administrativas		(17.601)	(30.244)		
		(18.401)	(31.044)		
		(15.375.040)	(12.915.478)		
28. Outras despesas líquidas					
		Consolidado			
		2024	2023		
Provisão para discussões legais e outras		(85.562)	(78.268)		
Recuperação de créditos fiscais		15.144	13.984		
Imposto/(Perda) de imobilizado e intangível		(179.836)	(260.402)		
Ganhos		(935)	8.836		
Outras		(49.904)	14.927		
		(301.093)	(300.923)		
29. Resultado financeiro					
		Consolidado			
		2024	2023		
Receitas financeiras:					
Rendimentos de aplicações financeiras		251.304	210.237		
Variação monetária ativa		7.156	11.999		
Juros ativos		24.937	11.012		
Receita com Instrumentos financeiros		-	15.411		
Descontos obtidos		-	2.730		
		283.397	233.248		
Despesas financeiras:					
(i) Despesas com cessão de recebíveis		-	(928.038)		
(ii) Perdas em aplicações financeiras		(41.085)	(1.731.809)		
Despesas com meio de pagamento		-	(314.837)		
Custo com instrumentos financeiros		-	(561.244)		
Variação monetária passiva		(5.139)	(6.232)		
IOF		(6.281)	(73)		
Juros sobre empréstimos		-	(156.111)		
Juros sobre contratos de aluguel		-	(15.392)		
Descontos concedidos		-	(4.834)		
Juros passivos		(36.243)	(17.955)		
Outras despesas		-	(1)		
		(88.748)	(24.261)		
(iii) Receita com pré-pagamento		-	9.150.427		
Variação cambial, líquida		1.076.400	(257.025)		
Resultado financeiro líquido		1.271.049	(48.036)		
(i) Despesas originadas na antecipação de contas a receber do PagSeguro Brasil com as operadoras de cartão. (ii) Perdas em aplicações em ações, sendo as principais: PayPal, PagSeguro. (iii) Receitas originadas na antecipação de contas a receber de clientes do PagSeguro.					
30. Instrumentos financeiros: 30.1 Políticas e categorias dos instrumentos financeiros: O Grupo procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor de mercado ou o valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. O Grupo entende que os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, não possuem um mercado ativo (exceto pelas LFTs incluídas em aplicações financeiras, que são negociadas em mercado ativo), poderiam ocorrer variações caso o Grupo resolvesse liquidá-los ou realizá-los antecipadamente.					
Os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados conforme as seguintes categorias:					
		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativos financeiros					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		758.902	51.753	1.279.396	3.875.103
Aplicações financeiras		3.250.941	4.528.047	8.510.213	5.760.534
Contas a receber de clientes		340	352	841.128	709.198
Contas a receber de clientes do PagSeguro		-	-	57.984.253	42.900.983
Contas a receber de partes relacionadas		80	-	8.637	9.978
Mútuo com partes relacionadas		312.354	229.367	-	-
Adiantamentos a fornecedores		123	-	25.165	14.759
Despesas pagas antecipadamente		-	-	320.619	197.163
Depósitos judiciais		579	534	58.321	122.452
Outras contas a receber		-	-	39.765	47.778
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:					
Contas a receber de clientes do PagSeguro		-	-	1.819.020	-
Aplicações financeiras		-	-	258.704	1.879.689
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	58.470	-
Passivos financeiros		4.323.319	4.810.053	71.203.691	55.517.637
Custo amortizado:					
Fornecedores		168	178	1.193.725	872.981
Obrigações com terceiros		-	-	23.672.792	21.534.388
Depósitos do PagSeguro		-	-	24.089.234	16.188.440
Obrigações com cotistas PagSeguro		-	-	1.151.384	118.986
Contas a pagar a partes relacionadas		6.801	6.606	8.841	9.832
Adiantamentos de clientes		-	-	276.192	317.819
Empréstimos e financiamentos		-	-	4.792.661	463.070
Outras contas a pagar		-	-	388.187	168.218
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	67.181	23.314
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:					
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	2.788	17.631
		6.969	6.784	55.642.985	39.714.679
30.2 Gestão de capital: O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos circulares e não circulares, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e bancos, conforme nota 5. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumarizados:					
		Consolidado			
		2024	2023		
Total dos empréstimos		4.792.661	463.070		
(-) Caixa e equivalentes de caixa		(1.279.396)	(3.875.103)		
Dívida líquida		3.513.265	(3.412.033)		
Total do patrimônio líquido		22.079.733	21.675.937		
Total do capital		25.592.998	18.263.904		
Índice de alavancagem financeira		13,73%	-18,68%		
30.3 Gerenciamento de riscos: As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de fraude (chargeback), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. Entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio do Grupo, destacam-se: (i) Risco de crédito: O Grupo mantém políticas de crédito aprovadas pela Administração, as quais prevêm, dentre outros, a análise individual do cliente antes da prestação do serviço, tanto de assinaturas, como de publicidade e outros. O risco existe em razão da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Por meio de controles internos, o Grupo monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes, procedendo ao corte do acesso ao serviço de assinatura e publicidade, se a fatura estiver vencida há mais de 60 dias. O Grupo mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa que poderão ocorrer, devido aos riscos de não recebimento desses valores, conforme mencionado na nota 7. Para a operação de meios de pagamento, o risco de crédito é administrado corporativamente e se resume na possibilidade de inadimplência: (a) dos emissores do cartão, que têm a obrigação de repassar ao Grupo as taxas cobradas pelas transações realizadas pelos titulares de seus cartões, e/ou (b) dos adquirentes, que são utilizados pelo Grupo para aprovar transações com os emissores. Para a mitigação desse risco, o Grupo instituiu um Comitê de Risco de Crédito e Liquidez, cuja função é analisar o nível de risco de cada um dos emissores de cartão capturados pela Companhia e assim classificá-los em três grupos: (a) Emissores de cartão de baixo nível de risco, avaliados pelos ratings das agências FITCH, S&P e Moody's e são dispensados de monitoramento adicional; (b) Emissores de cartão com nível de risco médio e que são monitorados, também, pelos Indicadores de Basileia e imobilização; e (c) Emissores de cartão com nível de risco alto e que são avaliados pelo Comitê em reuniões mensais. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência, a não ser os valores já baixados por chargeback. (ii) Riscos de fraude: O Grupo utiliza dois processos para controlar o risco de fraude: (i) O primeiro consiste no monitoramento, em tempo real, via sistema antifraude das transações efetuadas com cartões de crédito, débito e boletos, que aponta, identifica, aprova ou recusa transações suspeitas de fraude no momento da autorização, a partir de modelos estatísticos revisados periodicamente. (ii) O segundo processo se refere à operação de meios de pagamento que tem a função detectiva para tratamento de chargebacks e disputas, onde o primeiro processo não identificou a fraude. Esse processo retroalimenta o primeiro para aumentar a capacidade de evitar novas fraudes. (iii) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo pelos profissionais de finanças. Os profissionais de finanças monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que o Grupo tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades, mas gerenciado pelos profissionais de finanças. O Grupo investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. (iv) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro possam flutuar devido a mudanças nas taxas de juros do mercado. A exposição do Grupo ao risco de variação das taxas de juros ocorre essencialmente de aplicações financeiras e depósitos, ambos sujeitos a taxas de juros variáveis, principalmente a taxa CDI. O Grupo realizou uma análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros aos quais os instrumentos financeiros estão expostos em 31 de dezembro de 2024. Para esta análise, o Grupo adotou três cenários: um cenário com a manutenção da taxa de juros de 2024 (12,15% para o CDI), um cenário com um aumento de 1% no percentual da taxa de juros (13,15% para o CDI), e um provável cenário para a taxa de juros de 2025 (14,90% para o CDI). Como resultado, as receitas financeiras (relativas a aplicações financeiras) e as despesas financeiras (relativas a certificados de depósito, contas bancárias, depósitos interfinanceiros, empréstimos e obrigações com cotistas) seriam impactadas da seguinte forma:					
		Cenário com a manutenção do aumento do CDI		Cenário com provável cenário para 13,15% para 14,90%	
		2024	2023	2024	2023
Transação vinculada					
Equivalentes de caixa		100% do CDI	416.693	50.628	54.795
Aplicações financeiras		100% do CDI	5.249.328	637.793	690.287
Depósitos		109% do CDI	(17.038.525)	(2.256.497)	(2.442.217)
Depósitos interbancários		110% do CDI	(7.050.709)	(942.327)	(1.019.885)
Contas bancárias		58% do CDI	(12.030.573)	(847.794)	(917.572)
Empréstimos		107% do CDI	(4.521.503)	(587.818)	(636.198)
Obrigações com cotistas		108% do CDI	(1.151.384)	(151.085)	(163.552)
Total			(4.097.100)	(4.434.310)	(5.024.427)
(v) Risco cambial: O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui operações comerciais relevantes para uma exposição cambial e o Grupo possui controles internos que asseguram o monitoramento tempestivo dos riscos de exposição cambial e de taxas das aplicações financeiras em moeda diferente da moeda funcional da entidade. Conforme política da Administração da Companhia são permitidas operações de derivativos, desde que protegidas por um swap com instituições financeiras de primeira linha com o objetivo único de proteção de riscos de flutuação do câmbio ou de taxa de juros. O Grupo tem certos investimentos em aplicações financeiras no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. (vi) Critérios de determinação do valor justo: O valor justo dos derivativos é calculado com base em práticas usuais de mercado, usando os valores de fechamento das taxas de juros em reais para todo o período dos contratos. A metodologia utilizada foi o apareamento de cálculo de opções comumente utilizado pelo mercado. (vii) Mensuração do valor justo: O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo (preço de saída) no mercado principal ou mais vantajoso para o ativo ou passivo, em uma transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. Uma hierarquia de três níveis é utilizada para mensurar o valor justo, conforme mostrado abaixo: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Outras informações diferentes dos preços cotados no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), ou indiretamente (como derivadas dos preços). • Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis). O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confirmam o menos possível nas estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. O Grupo avalia que os instrumentos financeiros reconhecidos nessas demonstrações financeiras são substancialmente similares ao seu valor justo. Os ativos financeiros são compostos por contas a receber de clientes e contas a receber de emissores e adquirentes de cartões de crédito/débito, representadas por transações aprovadas por grandes instituições financeiras, no curso normal dos negócios. São também compostos por aplicações financeiras representadas por títulos públicos com preços cotados em mercado ativo, e demais títulos de renda fixa, inclusive no exterior, ambos reconhecidos no balanço patrimonial com base no seu valor justo. Os passivos financeiros são representados principalmente por depósitos e contas a pagar de curto prazo a comerciantes, que são pagas de acordo com o contrato estabelecido com o comerciante, e outras contas a pagar de curto prazo a prestadores de serviços no curso normal dos negócios e, com o tal, também se aproximam de seus valores justos. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.					
21. Salários e encargos sociais		Consolidado			
		2024	2023		
Salários		226.465	188.299		
Provisão de férias		244.871	200.856		
Encargos sociais		109.372	89.928		
Outros		64.845	78.082		
		645.553	557.165		
22. Impostos e contribuições		Consolidado			
		2024	2023		
COFINS		78.564	58.090	706.219	609.451
ISS		-	-	402.020	361.956
PIS		13.614	9.442	110.190	99.161
Imposto de renda e contribuição social		-	-	15.608	9.835
ICMS		-	-	427	316
INSS sobre receita bruta		-	-	7.276	7.706
Outros		1.493	907	34.710	31.297
Total impostos		93.671	68.439	1.276.450	1.119.722
Depósitos judiciais					
(i) PIS		(9.677)	(8.959)	(73.050)	(67.899)
(j) COFINS		(59.			

